



O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA CARMENCITA MATOS MAIA NO ASSENTAMENTO FLOR DA SERRA- PORTO NACIONAL-TO

TEACHING GEOGRAPHY AT THE CARMENCITA MATOS MAIA SCHOOL IN THE FLOR DA SERRA SETTLEMENT- PORTO NACIONAL-TO

Roberto de Souza Santos – UFT- Porto Nacional- TO – Brasil

robertosantos@uft.edu.br

Zezim Dias Lima – UFT – Porto Nacional – TO – Brasil

zezimpalmeiras@gmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa é observar e relatar a prática do ensino de Geografia na Educação do Campo na Escola Municipal Carmencita Matos Maia no Assentamento Flor da Serra em Porto Nacional-TO. A pesquisa teórica baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema em análise e a pesquisa empírica em um trabalho de campo com a aplicação de um questionário. A partir da aplicação de um questionário com 26 alunos procedeu a elaboração de gráficos e tabelas dos dados primários coletados. Constatou-se que a escola não atende todas as demandas e expectativas dos alunos. Observamos durante a pesquisa empírica que o cenário educacional na escola analisada, não mudou muito do século XX para o XXI. Sabemos que é notório os problemas educacionais encontrados no meio social camponês, porém, se o poder público voltar as suas atenções para resolver estas questões, juntamente com a sociedade organizada, esta realidade poderia mudar para melhor.

Palavras-chave: educação no campo; ensino de geografia; assentamento agrário.

ABSTRACT

The objective of the research is to observe and report the practice of teaching Geography in Rural Education at the Carmencita Matos Maia Municipal School in the Flor da Serra Settlement in Porto Nacional-TO. The theoretical research was based on a literature review on the subject under analysis and empirical research in a field work with the application of a questionnaire. From the application of a questionnaire with 26 students proceeded the elaboration of graphs and tables of the collected primary data. It was found that the school does not meet all the demands and expectations of the students. We observed during the empirical research that the educational scenario in the analyzed school did not change much from the 20th century to the 21st. We know that the educational problems found in the peasant social environment are notorious, however, if the public power turns its attention to solving these issues, together with organized society, this reality could change for the better.

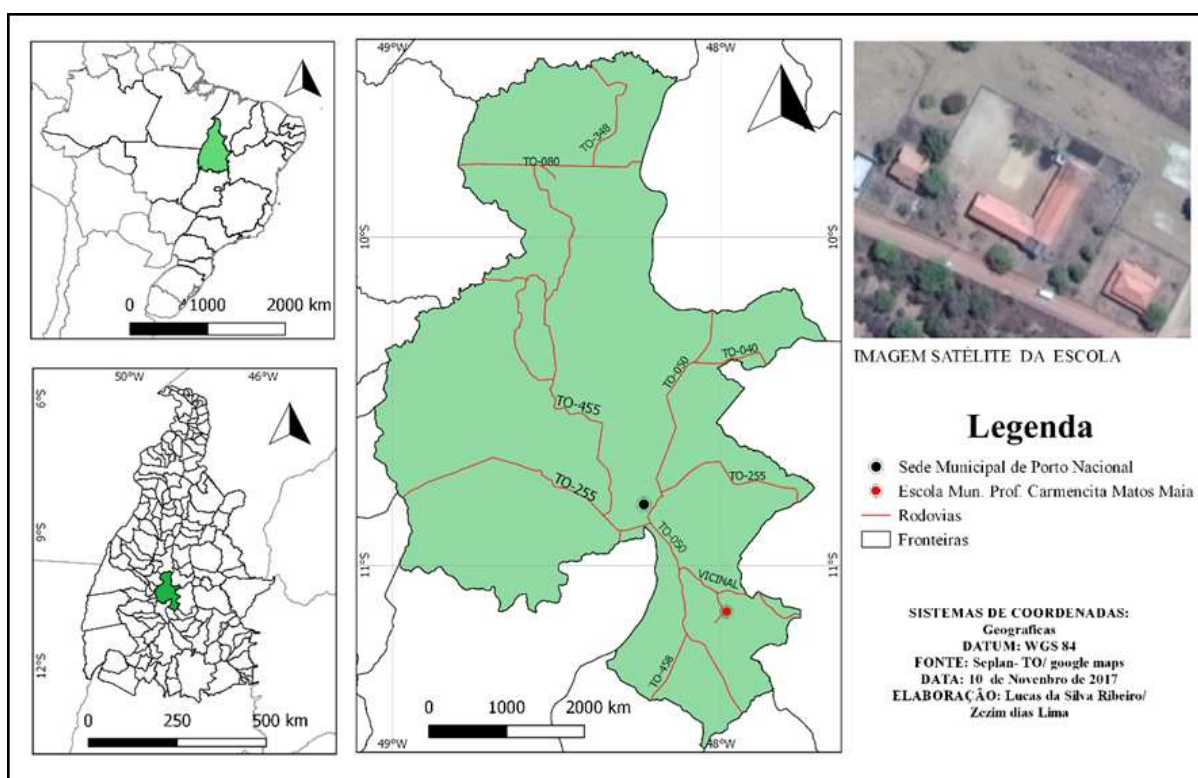
Keywords: education in the countryside; teaching geography; agrarian settlement.

INTRODUÇÃO

O recorte territorial de análise é a Escola Municipal Professora Carmencita Matos Maia em Porto Nacional - TO. No mapa 01, podemos observar a localização geográfica do município de

Porto Nacional e da escola, a 25 km ao Sul da cidade de Porto Nacional. Foi construída no ano 2000 pela empresa Investco S.A para atender as demandas educacionais dos camponeses da região. Iniciou suas atividades letivas no ano seguinte, atendendo as famílias de baixa renda e que residem na comunidade, além de fazendas, chácaras circunvizinhas próximas a unidade de ensino.

Mapa 1 - Mapa de Localização da Escola Municipal Professora Carmencita Matos Maia em Porto Nacional - TO.



Fonte: Seplan (2017). Organização Lucas Silva Ribeiro e Zezim Dias Lima.

Podemos começar a nossa discussão fazendo alguns questionamentos para problematizar a nossa temática. Será se os professores de Geografia das escolas do campo estão preparados para trabalharem nessa disciplina? Será que a escola dispõe de material adequado para o trabalho do professor? Como os alunos veem a ciência geográfica? Essas questões serão o norte da pesquisa que visa entender como a Geografia é trabalhada no assentamento agrário em análise. É notório a falta de investimento em educação e na formação de novos professores. Outro problema grave presente nas escolas é a presença de professores trabalhando em uma determinada área, mas formado em outra área do conhecimento.

Qual concepção de educação está presente nas escolas camponesas? O que sabemos é que a Educação do Campo, precisa ser específica e diferenciada, de forma que amplie o conhecimento

dos camponeses. O que se observa é que já há um trabalho dos professores e gestores educacionais nos assentamentos agrários voltado para as demandas e interesses dos alunos. O que leva os alunos abandonarem a escola do campo? Os motivos mais prováveis, seja a falta de motivação, necessidade de trabalhar, e muitas vezes a escola só oferece aula no período diurno. Como construir essa educação básica? E o que tem de característico essa educação básica? O que o movimento social diz sobre a educação básica?

Estes questionamentos e apontamentos serão debatidos teórica e empiricamente ao longo do texto. É importante antes discorrer brevemente sobre a educação do/no campo para entrar na discussão sobre o ensino de Geografia nas escolas camponesas. Um aspecto importante da Educação do Campo é seu caráter instrumental com resistência as imposições do Estado burguês e do agronegócio. Segundo Santos e Coca (2022), a Educação do Campo se constitui um instrumento de luta do campesinato contra a territorialização do agronegócio. Pode ser entendida como uma Educação Territorial, pois, se dá a partir da identidade territorial do campesinato. A Educação do Campo se configura através da relação dialética entre o campesinato e seu território. Há toda uma luta dos movimentos socioterritoriais pela instituição da Educação do Campo, nas áreas de reforma agrária a fim de fazer valer o seu direito à educação, uma educação que considere os valores e a cultura do campesinato.

Segundo Camacho (2013), a Educação do Campo forma um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa frente às tentativas de sua destruição por parte do capital – o agronegócio. É necessário que os camponeses se organizem e mobilizem politicamente para construir uma agenda de uma educação que atenda às suas demandas educacionais. A partir desse raciocínio, temos que ver a Educação do Campo como um paradigma que concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pelas possibilidades de permanecer nela.

A Educação do Campo que os movimentos sociais dos camponeses propõem, se configura por uma ação, que vai intervir de forma reflexiva para organizar, buscar, experimentar e teorizar qualitativamente os diversos significados e conhecimentos históricos, políticos e culturais do povo camponês (ZIECH, 2017). Esse paradigma de Educação do Campo vem de encontro do que propõe a Educação Popular, que defende os saberes populares da coletividade camponesa.

Outro aspecto intrínseco a Educação do Campo que podemos destacar é a sua diversidade. Silva Júnior e Netto (2011, p. 52) afirmam que “O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados,

ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas e remanescentes de quilombos”. Isto é, engloba todos os povos do campo brasileiro. Os camponeses são sujeitos que tem suas raízes, sua história, sua cultura, sua relação com o meio e com o coletivo. Poderíamos afirmar que essa diversidade é interna a população camponesa. Além do mundo camponês, temos o mundo urbano que embora, seja antigo, foi reconfigurado pelo projeto da modernidade capitalista. O mundo urbano historicamente, se pôs superior ao mundo camponês.

Entre o mundo camponês e o mundo urbano, a primeira coisa que devemos ter em mente, é que não há superioridade entre estes dois mundos. Neste sentido, os autores Silva Júnior e Netto (2011, p. 52) concordam com nosso raciocínio, afirmando que “uma política de Educação do Campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo e, a partir dessa compreensão, impor novas relações baseadas na horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade”. Em resumo, estes dois mundos são diferentes, mas não um superior ao outro, é uma questão de formação histórica em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais diferentes.

No mundo contemporâneo, o mundo camponês é influenciado fortemente pelo mundo urbano. Segundo Ziech (2017, p. 102), “a concepção de Educação do Campo surge com uma nova práxis, na qual os sujeitos do campo não são apenas receptores de uma educação urbana, mas sujeitos que se constituem a partir do seu contexto rural/local ao global”. Os camponeses têm influência culturais, sociais e ideológicas do contexto urbano e do global. O trabalho da Educação do Campo dentro desse contexto fica mais delicado pelo fato de que esta educação tem sua destinação focada para um povo específico – os camponeses.

Nos parágrafos anteriores, vimos brevemente sobre do que se trata a Educação do Campo, agora vamos pontuar brevemente sobre a precariedade das políticas educacionais camponesas. Um ponto delicado que podemos destacar é a falta de uma política pública para a prática de formação de profissionais para lidarem com uma educação voltada para os camponeses. Arroyo (2007, p. 158) relata que “não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a Educação do Campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima”.

O poder público deve criar uma agenda política educacional capaz de formar profissionais específicos que garantam o direito à educação básica de milhões de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que vivem no campo. Para Arroyo (2007), a falta de profissionais que tenham uma formação voltada para a educação camponesa, é uma das questões mais sérias no que se refere a Educação do Campo. Parcela significativa dos professores que atuam nas escolas

camponesas têm sua formação nas escolas urbanas. Muitos deles, moram na cidade e trabalham na zona rural, o que dificulta-os ter uma cultura camponesa.

Outra questão delicada é o fechamento de unidades escolares na zona urbana e rurais. Entretanto, no caso das escolas camponesas, a questão é mais séria. O fechamento de escolas públicas sempre vem com o discurso de que é para reduzir gastos e ter maior eficiência da máquina pública. Todavia, é uma falácia, educação se faz com investimento e não com o fechamento de escolas. Segundo Taffare e Munarim (2015), os cortes no orçamento ocorridos no início de 2015 e o fechamento de escolas do campo, é algo que já vem ocorrendo há muitos anos no Brasil. O problema do fechamento das escolas do campo que vem ocorrendo nos últimos 10 anos, tende a aumentar frente a atual política recessiva e de cortes orçamentários. Para os autores, o fechamento de escolas do campo constitui um crime contra a nação brasileira e deve ser denunciado, isto é, os intelectuais e movimentos sociais vinculados aos povos camponeses devem constatar, explicar, alertar, conclamar e propor formas de enfrentamento para lidar com os cortes orçamentários. Segundo Taffare e Munarim (2015, p. 47), a última lista divulgada pelo Ministério da Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP) aponta que 4.084 escolas municipais e estaduais foram fechadas no decorrer de 2014, sendo a maioria das escolas do campo.

Segundo Santos e Coca (2022), o fechamento de escolas do campo não está tão relacionado com a economia de dinheiro público, conforme é colocado pelo discurso dos gestores públicos, mas são decisões políticas. O fechamento de escolas no meio rural pode acarretar impactos no modo de vida dos camponeses e enfraquecer a mobilização política da luta pela terra. É importante ficarmos alerta, de que a destruição e o fechamento de escolas no campo brasileiro pode ser uma estratégia de setores conservadores para impedir o avanço e a consolidação dos territórios e o modo de vida camponês.

O descompromisso do Estado com a Educação do Campo é um fato que nos últimos governos, vem se acentuando. Na gestão do Partido dos Trabalhadores a situação já era delicada, principalmente no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, mas, a situação ficou mais crítica, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Segundo Santos e Coca (2022), um dos piores impactos sofridos pela Educação do Campo, enquanto política pública se deu por meio do esvaziamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse esvaziamento deu-se, a partir do decreto do nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que alterou a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e extinguiu a

Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, a responsável pela gestão do PRONERA. É um ato político que vai em desencontro com os interesses dos camponeses.

É preciso oportunizar aos alunos camponeses o acesso ao conhecimento sistematizado, para que este seja multiplicador de novas oportunidades. Preocupar-se com a formação cidadã e de uma sociedade que respeita a natureza, utilizando-se do diálogo para mediar conflitos e a organização curricular constituindo todo o processo de escolarização. A legislação vigente que normatiza e regulamenta a educação básica em nosso país, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Lei de Diretrizes Básicas (LDB), é um avanço, mas, não o necessário para atender os interesses e demandas da Educação do Campo. Atualmente, o BNCC (Base Nacional Comum Curricular) estabelece uma base curricular comum, que vai em desencontro com a Educação do Campo, pois, essa tem uma especificidade que não se enquadra em uma base comum em âmbitos nacionais, como propõe a BNCC.

De acordo com Art. 28 da lei nº 9.394/1996- LDB:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A Lei 9.394/1996 trata de assegurar por uma educação específica para o meio rural, mas não trata de uma educação que proporciona o espírito do camponês para a liderança política, para a luta pela terra e da luta na terra. A boa notícia é, se o Estado não se debruça sobre uma Educação do Campo comprometida com a realidade do camponês, os próprios camponeses lutam para isso. Empiricamente, observa-se que os movimentos sociais têm trabalhado para o aprimoramento da Educação do Campo.

METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa é observar e relatar a prática do ensino de Geografia na Educação do Campo na Escola Carmencita Matos Maia no Assentamento Flor da Serra em Porto Nacional-TO. A pesquisa teórica baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema em pauta e em uma análise empírica a partir de um trabalho de campo com a aplicação de um questionário com 26 alunos e levantamento fotográfico do objeto de análise. Para analisar e interpretar os dados primários coletados foi necessário proceder uma elaboração de gráficos. A discussão teórico-

metodológica procede de duas formas no texto: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado e uma reflexão a partir da pesquisa empírica.

O recorte territorial do objeto de análise teórica e empírica é a Escola Municipal professora Carmencita Matos Maia que está localizada no projeto de reassentamento Flor da Serra pertencente ao município de Porto Nacional – TO. Com a adoção do recorte espacial, a intenção é levantar uma discussão teórica sobre o processo de ensino-aprendizagem sobre o ensino da ciência geográfica nas escolas dos assentamentos agrários. É importante salientar que os fenômenos objetivados não se restringem à fronteira física de uma unidade escolar, principalmente, quando se trata de verificação e análise dos fenômenos geográficos pela sua complexidade como é o caso de ensino de Geografia nas unidades escolares camponesas.

Em nossa análise, a escala é vista como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, considerando que são os fenômenos que dão o sentido ao recorte espacial objetivado e também à categoria de análise. A análise geográfica dos fenômenos exige que a apreensão do espaço aconteça na escala em que ele é percebido, levando em conta que um espaço possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Para começar nossa argumentação teórica e empírica neste subitem, podemos iniciar com os seguintes questionamentos: Será que a Geografia trabalhada nas escolas do campo, tem vínculo com a Educação do Campo? Os professores de Geografia da escola camponesa trabalham em suas aulas conteúdo socioespacial de acordo com a realidade do alunado. Estes questionamentos serão melhor esclarecidos no subitem Resultados e Discussões. Por hora, vamos apenas levantar o debate. No contexto geral, a Educação do Campo vai muito além da prática de ensino formal nas escolas, ela está vinculada ao modo de vida e no cotidiano camponês e, sobretudo, na vida política dos camponeses.

A Geografia é uma disciplina muito importante para entender o nosso meio socioespacial. A Geografia é uma ciência que estuda o espaço, partindo desse princípio podemos entender que ela está presente diretamente no nosso dia a dia. É preciso considerar que diversos fatores podem influenciar no ensino de Geografia desde os fatores econômicos até os aspectos sociais e culturais

da sociedade. Os conteúdos trabalhados e ministrados nas escolas devem ter uma sintonia com a realidade social e cultural dos alunos.

Entretanto, para que a escola trabalhe com a realidade do aluno, há necessidade de investimentos, qualificação dos profissionais da educação e ajustar o conteúdo trabalhado de acordo com a realidade de cada região e dos alunos. Há aqueles que acreditam no uso das tecnologias da informação como ferramenta fundamental para o processo ensino-aprendizagem. Mas, não adianta investir em tecnologias se não tem profissionais qualificados para um bom uso das tecnologias e, se estas tecnologias não estão ao acesso de todos de forma universal e gratuita. Augusto (2004, p.26), reforça este nosso raciocínio, com o seguinte questionamento: “A questão que se coloca é: terão as novas tecnologias da informação e comunicação, a partir do momento em que estiverem acessíveis universalmente, capacidade para contornar este cenário de desigualdade e, em consequência, promover a emancipação social”? Ou seja, as tecnologias da informação e comunicação não são o “salvador da pátria”.

Augusto (2004, p.26) coloca que:

Os defensores e apologistas das TICs¹ acreditam nesse potencial, e é real o discurso e as ações dos últimos governos em prol da expansão e democratização do acesso às TICs. Entretanto, é válido perguntar até que ponto as palavras e os atos oficiais têm resultado na inserção dos excluídos na sociedade da informação. É suficiente disponibilizar as tecnologias ou há a necessidade de fazer algo mais no sentido de transformar essa inclusão efetiva?

Há uma política educacional de Estado e de governos, principalmente, dos últimos governos, de que as “novas” tecnologias da informação é o caminho para equacionar os problemas educacionais vigentes no país. Inclusive, defendendo o ensino a distância. Entretanto, como coloca Augusto, a ideia de democratização e expansão do acesso das TICs é uma coisa muito distante do real. Agora, imaginamos o caso das escolas camponesas, a situação é muito mais delicada. Em um país tão desigual social e regionalmente, o acesso universal é uma hipocrisia em se tratando de uma sociedade capitalista selvagem como a nossa. Além, do mais, é necessário qualificar os profissionais para lidar com as tecnologias da informação e investir em infraestrutura necessária para o bom funcionamento e uso adequado dos equipamentos tecnológicos.

No quesito do ensino de Geografia, o ensino tradicional trabalha com memorização colocando a disciplina geográfica em um terreno conteudista. A Geografia deve ser ensinada a partir de um conteúdo, tais como, pegando exemplos do nosso meio social e levando para a

¹Tecnologias da Informação e da Comunicação

aquela realidade, na qual, queremos que seja compreendida pelos alunos, e que tenham entendimento claro do conteúdo a ser ministrado. Dessa forma, o ensino de Geografia ficará mais empolgante na sala de aula com exemplos locais que facilitam o entendimento dos alunos.

No que se refere ao ensino de Geografia para as escolas do campo, é necessário que se pense a Geografia que se pretende ensinar, que conhecimentos geográficos são significativos para o povo camponês, que conceitos e enfoques são adequados para a construção da aprendizagem para os jovens e as crianças que vivem no campo. Segundo Copatti e Callai (2018), a construção de uma proposta voltada para o conhecimento teórico-metodológico da ciência geográfica e da Geografia escolar ao contexto específico das comunidades do campo é um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade.

Há uma necessidade de trabalhar a manutenção da diversidade e a promoção da cidadania para o camponês. Uma Geografia que trabalha tanto o campo como a realidade urbana. Os desafios são vários no contexto de ensino da Geografia nas escolas do campo, a começar pela escassez de materiais didáticos específicos e pela dificuldade em encontrar coleções didáticas, nas quais, as condições de vida no campo estejam abordadas de maneira coerente e ampla. Não ter o apoio necessário do poder público para atender as necessidades e demandas das escolas camponesas, é outro desafio, que as escolas do campo deparam.

Esse fato torna-se um obstáculo para os alunos, uma vez defrontam com problemas como a distância a ser percorrida para estudar. Os alunos são submetidos a horas de carros até a cidade para a escola mais próxima, enfrentando péssimas estradas e, muitos deles acabam mudando para casa de parentes na cidade para dar continuidade nos seus estudos. Esse fato desencadeia em outro problema, que é quando o aluno do campo vai para a cidade, acaba perdendo a sua identidade cultural e costumes. O ideal seria mantê-los no campo para preservar as suas raízes culturais.

Todavia, o poder público deve proporcionar ao estudante camponês, não só o ensino fundamental e o ensino médio para a permanência do jovem camponês no campo, mas, também, uma educação voltada para a formação do camponês de acordo com os seus interesses e demanda. O ensino da Geografia em escola do campo pode proporcionar diferentes possibilidades para que os estudantes permitam-se olhar o espaço em que vivem por meio de distintas dimensões (COPATTI; CALLAI, 2018). O ensino de Geografia nas escolas camponesas deve permitir aos estudantes refletirem sobre o seu espaço na sociedade, sobre sua inserção social no mundo camponês e, sobretudo, tenha uma dimensão das suas escolhas, os desafios, avanços e as

dificuldades presentes na vida no campo. A ciência geográfica pode contribuir para com a Educação do Campo, no sentido de pensar o campo como um território de disputas no contexto da sociedade capitalista. O ensino de Geografia pode trabalhar conceitos, conteúdos e temas que valorize os conhecimentos e vivências construídas durante o processo de resistência e a luta pela terra.

Sabemos que os conteúdos oficiais básicos comuns de Geografia para o ensino fundamental e médio são voltados para os aspectos nacionais, são conteúdos que trabalham com temas mais gerais e universais, não sendo adequados para atender as especificidades regionais e dos povos camponeses. O conteúdo ensinado e trabalhado deve preparar o aluno para lidar com o seu mundo camponês, mas também para lidar com a sociedade capitalista urbana ou camponesa e, sobretudo para lidar com a sociedade capitalista contraditória. Os conteúdos oficiais tais como dos PCNs e mais atualmente, a BNCC procuram atender os interesses da sociedade capitalista, da burguesia capitalista e do agronegócio. Portanto, o ensino de Geografia nas escolas camponesas deve promover a cidadania e despertar no povo camponês, a consciência de viver em uma sociedade contraditória e onde impera a luta de classes. É importante também que o ensino de Geografia no campo que o professor trabalhe o conceito de camponês e o seu modo de vida.

É importante que o professor de Geografia adote uma metodologia com trabalhos coletivos, seminários, atividades práticas e resolução de problemas reais e, principalmente, uma metodologia que proporcione a autonomia e desenvolvimento da escrita, da reflexão e argumentação dos estudantes. No caso da ciência geográfica, em que temos duas áreas distintas – a Geografia Humana e a Geografia Física, o processo ensino-aprendizagem é mais desafiador. Temas vinculados a Geografia Física, tais como solos, relevo, vegetação, clima, cultivo agrícola, são conteúdos menos abstratos do que os conteúdos da Geografia Humana que trabalha com temas de cunho mais filosófico como cultura, política, economia e ideologia. A Geografia Humana trabalha com temas como urbanização, industrialização, geografia agrária, globalização que são conteúdos que podem ser interpretados de formas distintas, isto é, pode ser uma interpretação mais progressista ou mais conservadora.

Em se tratando da Educação do Campo, é importante ressaltar que o ensino de Geografia deve ser ministrado em uma perspectiva progressista, em que o professor trabalhe os conteúdos levando em conta, o que vivemos em uma sociedade capitalista contraditória socialmente. Esse raciocínio vai de encontro com as propostas pedagógicas delineadas pelos movimentos sociais camponeses. Os movimentos sociais dos camponeses desenvolveram e desenvolvem uma grande

discussão, em relação a Educação do Campo, que criaram escolas e fortaleceu a Educação do Campo. O movimento social camponês tem mobilizado e organizado campanhas e reivindicações para a instituição de uma educação que represente os seus interesses e demandas.

Os camponeses no Brasil têm passado por situações constrangedoras e conflituosas na disputa do seu território com o capital agrário e mais recentemente com o agronegócio. É uma situação provocada pela sociedade capitalista no processo da luta de classes com interesses conflitantes. Diante deste cenário, os camponeses formam movimentos políticos e lideranças políticas com bandeira para reivindicar condições melhores de existência. Durante o governo militar os conflitos e violência no campo se deu de forma ampla. Conforme Azevedo (2014, p.84), ressalta sobre as revoltas camponesas que:

No Brasil toda a repressão ditatorial contra o campesinato teve proporções de guerra. Ela atingiu não apenas lideranças, mas milhares de famílias camponesas em todas as regiões do país. E tinha por objetivo muito claro a contensão das lutas populares, seja no campo ou na cidade, porém, com uma clara centralidade para a luta camponesa que se expandia em proporções jamais vistas.

Perante este cenário de conflitos e violência, os camponeses vêm se organizando através de movimentos sociais, associações, sindicatos e outras agremiações. Através dessas organizações houve algumas conquistas no âmbito do mundo camponês. Em outras palavras, podemos afirmar que as conquistas sociais, econômicas e educacionais dos camponeses é resultado das lutas e mobilizações políticas e do enfrentamento com o capital agrário e com o Estado burguês. Dantas (2009, p.19), discorre nessa linha de raciocínio, afirmando que:

Nos anos de 1962 e 1963, houve o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais em sindicatos. Marcos disso foram a regulamentação do Governo quanto ao direito de organização sindical dos trabalhadores rurais, em 1962, e, no ano seguinte, a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Trabalhador Rural. Importante, também, em 1963, foi a união de sindicatos da ULTAB a setores da Igreja Católica, na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

O trabalho dos movimentos sociais camponeses juntamente com setores da Igreja Católica e sindicatos de trabalhadores permitiu a construção de agenda política reivindicatória e conquistas importantes. Mesmo em situações em que a lei assegure que o poder público cumpra as leis estabelecidas, há necessidade que os camponeses se mobilizem para garantir o cumprimento pleno dos seus direitos. De uma forma geral, a luta dos camponeses está ligada a questões de

concentração de terra e por uma educação que atenda os seus interesses e demandas, o que tem provocado novas formas de organização territorial. A instituição de uma política educacional por uma Educação do Campo é fruto das lutas dos camponeses e trabalhadores rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este subitem está dividido em dois tópicos de análise. O primeiro diz respeito a estrutura predial e infraestrutura da escola objeto de análise. A partir da análise de fotos tiradas durante o trabalho de campo. Nas fotos 1 e 2, podemos visualizar a frente e a entrada principal da Escola Municipal Professora Carmencita Matos Maia. Podemos notar que a pintura da escola está deteriorada, portanto, precisando de uma reforma. Um ponto positivo da escola que podemos observar, é a estrutura do forro que é construído em laje de concreto. Em termos de estrutura, verifica-se que a escola não é velha, porém, precisa de algumas reformas estruturais.

Foto 1. Frente do prédio da escola.



Fonte: Lima (2017).

Foto 2. Entrada principal da escola.



Fonte: Furtado (2017).

Na foto 03, podemos visualizar o corredor lateral da escola com um piso ainda em boas condições. Nas fotos 3 e 4, podemos observar que a escola tem um espaço razoável para desenvolver atividades esportivas e outras atividades pedagógicas, desde que crie estrutura para a operacionalidade destas atividades. É fundamental que a escola tenha outras atividades pedagógicas além das atividades de sala de aula, tais como desenvolver esportes e cultivo de hortaliças. A cobertura dos corredores poderia ser mais ampla para dar condições a circulação dos estudantes e professores, conforme podemos observar nas fotos 3 e 4.

Foto 3. Corredor lateral direito da escola.



Fonte: Lima (2017).

Foto 4. Corredor lateral esquerdo da escola.



Fonte: Lima (2017).

A foto 05 demonstra uma parte do pátio da escola, onde poderia ser um espaço para o desenvolvimento de atividades pedagógicas esportivas, como vimos nas fotos anteriores (3 e 4). Estes espaços podem ser utilizados para desenvolver atividades escolares complementares, basta para isso, construir e instalar infraestrutura adequada para cada atividade a ser desenvolvida. A foto 06, ilustra logomarca da gestão administrativa municipal, na entrada da escola com a logomarca “Trabalhando com Você” após uma reforma do prédio na gestão de 2008 a 2012.

É algo corriqueiro nas gestões administrativas federal, estaduais e municipais que procuram registrar uma marca da política dos gestores públicos como prefeitos, governadores e presidentes da República. É uma questão que pode precarizar as políticas públicas dos entes federados pelo seu caráter intermitente. As políticas educacionais, habitacionais, de reforma agrária, de saúde e de segurança devem ser instituídas para além das gestões dos governos e das administrações de cada a 4 anos. Os gestores públicos procuram deixar a sua marca na administração pública, fato que a cada 4 anos, são instituídas novas políticas públicas de acordo com o interesse de cada gestor. As políticas públicas devem ser uma política de Estado e não de governo.

Foto 5. Espaço-quintal da escola.



Fonte: Lima (2017).

Foto 6. Logomarca da administração municipal da última reforma realizada pela gestão 2008/2012.



Fonte: Lima (2017).

Na foto 07, podemos visualizar as entradas dos banheiros masculinos e feminino da escola e perceber que as pinturas externas estão deterioradas. A foto 08, ilustra o interior do banheiro

masculino. Aparentemente, a parte interna do banheiro masculino está em condições razoáveis para o uso dos alunos e professores da escola. A foto 09, ilustra a parte interna do banheiro feminino que também tem condições razoáveis para o uso do público feminino da escola. Verifica-se que o piso está amarelado principalmente, a parte debaixo das pias. Pode ser o desgaste da cerâmica, mas, pode ser falta de limpeza. No caso da falta de limpeza, poderá ser um problema pelo fato de que os banheiros devem ser higienizados adequadamente para os usuários. Já na foto 10, podemos visualizar a parte externa da cantina da escola que está visivelmente em condições razoáveis de uso.

Foto 7. Entradas principais dos banheiros da escola.



Fonte: Souza (2017).

Foto 8. Parte interna dos banheiros masculino.



Fonte: Souza (2017).

Foto 9. Parte interna do banheiro feminino.



Fonte: Souza (2017).

Foto 10. Parte externa da cantina da escola.



Fonte: Souza (2017).

Na foto 11, podemos observar o interior da cantina que se apresenta visivelmente adequada para o trabalho dos profissionais da cozinha, entretanto, percebe-se que no caso da alimentação elétrica da geladeira está colocado de forma inadequada para o trabalho dos usuários no local. O mais adequado e correto seria a geladeira ficar próximo a toma de alimentação elétrica. Fios elétricos estendidos e externos as paredes pode acarretar acidentes elétricos pelo contato ou esbarramento de pessoas nos fios elétricos. O botijão de gás também é recomendável que fique pelo lado de fora da cantina para evitar acidentes em caso de explosões. Outro fato a

ser observado, é que em uma escola de 72 alunos matriculados, é necessário que a escola tenha mais de uma geladeira ou mais um *freezer* com capacidade maior de armazenamento e condicionamento dos alimentos em condições de uso para atender as demandas alimentares dos alunos e professores.

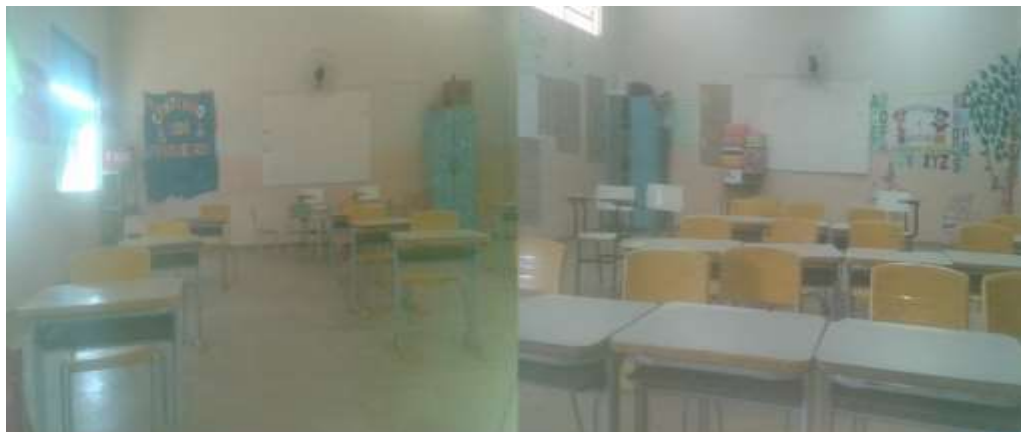
Foto 11. Parte interna da cantina.



Fonte: Souza (2017).

Nas fotos 12 e 13, podemos visualizar as partes internas das salas de aula, ambiente em que os professores e alunos desenvolvem as atividades pedagógicas na escola. Constatase que as salas de aula estão em razoáveis condições de uso pelos estudantes e professores da escola. Apresenta gravuras e ilustrações de inspiração pedagógica para estimular o ensino-aprendizagem e ventiladores para criar um ambiente mais confortável. No que diz respeito as carteiras e mesas percebe-se, que também apresentam em condições adequadas para os usuários da escola, entretanto, seria interessante que a organização e distribuição das carteiras e mesas estivessem mais adequada no espaço interior das salas de aula para o trabalho pedagógico. Isso colocaria o ambiente mais agradável e mais estético para os usuários, além de permitir maior acessibilidade e aproveitamento para os usuários dos espaços.

Foto 5. Salas de aulas.



Fonte: Souza (2017).

Foto 13. Sala de aulas



Fonte: Souza (2017).

Em resumo, a escola possui 4 salas de aulas; 1 sala para a direção, 1 cantina, 2 banheiros e uma sala para a secretaria escolar. No que diz respeito aos equipamentos e materiais pedagógicos a escola dispõe de 1 computador de mesa, 2 laptops, 1 Data Show. A escola tem 72 alunos matriculados e 7 turmas do 1º ao 9º ano. Destes 72 alunos, 25 usam transporte escolar para conduzi-los até a unidade escolar. A unidade escolar dispõe de uma infraestrutura limitada para atender as demandas pedagógicas e esportivas dos alunos e professores. Para atender todas as demandas pedagógicas e esportivas dos 72 alunos matriculados é recomendável que a unidade escolar disponha de mais equipamentos e materiais pedagógicos e principalmente, um espaço esportivo-pedagógico.

Em linhas gerais, a unidade escolar dispõe de uma infraestrutura razoável para os professores desenvolverem o processo ensino-aprendizagem. Por que essa nossa afirmação?! Para responder esse questionamento, vamos começar afirmando que a infraestrutura escolar não é o fator que resolve todas as demandas pedagógicas e esportivas dos alunos no ensino-aprendizagem. É necessário o mínimo possível de infraestrutura escolar para que se estabeleça o trabalho de ensino-aprendizagem, entretanto, o que nos parece mais fundamental, é o corpo técnico, intelectual e qualificação educacional dos profissionais da escola. Em se tratando das escolas do campo, o que se percebe é que uma ausência considerável de profissionais qualificados para o trabalho intelectual e pedagógico.

A seguir analisaremos o segundo tópico que diz respeito a transcrição e análise de um questionário aplicado no trabalho campo. O primeiro questionamento diz respeito ao ensino de Geografia e direcionada aos alunos, com a seguinte questão: o ensino de Geografia é importante? A maioria dos alunos questionados afirmaram que o ensino de Geografia é importante, como podemos observar no gráfico 01. Mas, uma pequena parcela dos alunos questionados, afirmaram

que o ensino de Geografia não é importante. Diante do exposto é nítido que ainda há aqueles alunos que não despertam interesse pela disciplina de Geografia. Perante essa problemática, cabe aos professores e gestores educacionais repensar os trabalhos didáticos e pedagógicos e os conteúdos programáticos para motivar e estimular os alunos a interessarem pela ciência geográfica.

O segundo questionamento aplicado durante o trabalho de campo foi: a escola possui livro didático? Neste procedimento de coleta de dados primários, foi possível verificar que, alguns alunos não possuem o livro didático, uma ferramenta tão importante para auxiliá-los no ensino-aprendizagem, quando usado de forma adequada e planejada. Os dados coletados apontam que dos 26 alunos entrevistados, 88% afirmaram que tem o livro didático. E 12% afirmaram que não dispõe do livro didático em sala de aula, conforme demonstra o gráfico 02.



O terceiro questionamento foi: se a escola possui computadores com internet para uso exclusivo dos alunos. Constatamos uma realidade não desejável, isto é, dos 26 (100%) alunos questionados todos disseram que a escola não dispõe de computadores com internet, conforme podemos visualizar os dados da tabela 01. Vivemos em um mundo onde as tecnologias da informação estão presentes em nosso dia a dia, uma ferramenta didático-pedagógica muito interessante para o processo de ensino-aprendizagem quando trabalhada de forma adequada e planejada. Os alunos poderão ter dificuldades quando concluírem o ensino fundamental e ao se ingressarem no ensino médio em escolas que dispõem desta tecnologia. Pelo fato de não ter familiaridade com as ferramentas que trabalham com o mundo da internet. As escolas camponesas não dispõem de uma infraestrutura física tecnológica capaz de atender as demandas do ensino-aprendizagem para o alunado. Essa ferramenta é muito importante para o trabalho pedagógico nas escolas do ensino fundamental.

Tabela 01 - A escola possui computadores com internet para uso exclusivo dos alunos?

Informações	Nº absoluto	%
SIM		0%
NÃO	26	100%
Total	26	100%

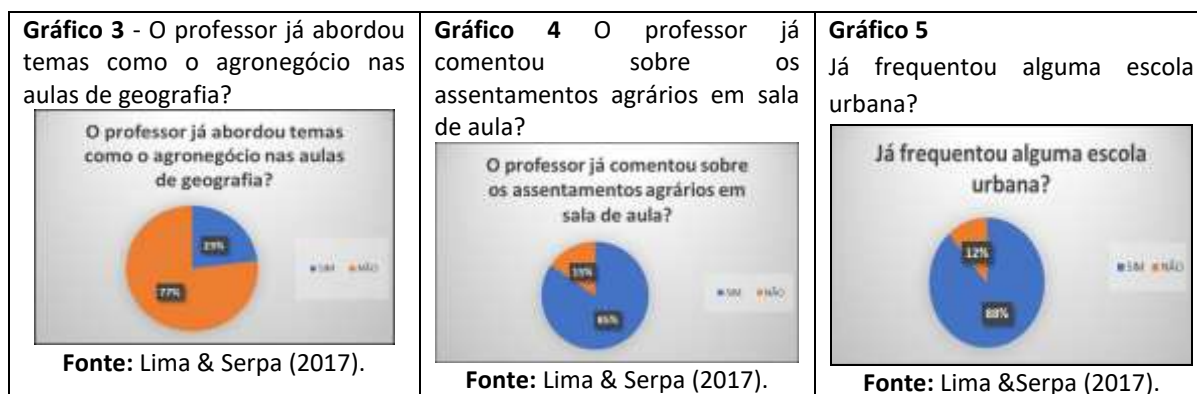
Fonte: Lima & Serpa (2017).

O quarto questionamento aplicado foi o seguinte – O professor já abordou temas como o agronegócio nas aulas de Geografia? Os dados primários coletados apontaram que 23% disseram sim, equivalente a 06 alunos, enquanto que 77%, disseram não, equivalente a 20 alunos, conforme podemos observar no gráfico 3. A intenção deste questionamento foi para verificar se o professor de Geografia comenta sobre o agronegócio com os alunos em sala de aula. Podemos afirmar que 77% que responderam não, representa uma parcela significativa, sinalizando que o professor não aborda temas da ciência geográfica em sala de aula como o agronegócio. É um tema que o professor de Geografia deve colocar ao conhecimento dos alunos, principalmente, aqueles das escolas camponesas.

O quinto questionamento aplicado foi o seguinte - O professor já comentou sobre os assentamentos agrários em sala de aula? A partir deste questionamento, foi possível observar que a maioria dos alunos responderam sim ao serem questionados se o professor já comentou sobre os assentamentos agrários em sala de aula. Os índices coletados apontam que dos 26 alunos entrevistados, 85% responderam sim e 15% responderam não, ou seja, 22 alunos afirmaram que sim e 04 alunos afirmaram que não, conforme podemos visualizar no gráfico 04. Tendo em vista que a Geografia é uma ciência muito importante que trabalha com a sociedade, com foco na relação espaço e a sociedade, é recomendável que o professor de Geografia aborde sobre os assentamentos agrários em sala de aula.

O professor de Geografia pode trabalhar o conteúdo destacando o que é, e para que serve um assentamento agrário. É importante que o estudante camponês tenha uma noção do que é um assentamento agrário. Saber e ter consciência que os assentamentos agrários são necessários porque a sociedade capitalista é contraditória socialmente, onde concentra a terra, a riqueza em uma parcela muito pequena da sociedade e, que em consequência desse fato, há necessidade da criação de assentamentos agrários para atender os camponeses sem-terra. No caso da escola objeto de análise, a notícia é boa, a maioria dos alunos afirmaram que o professor de Geografia aborda nos conteúdos programáticos, sobre os assentamentos agrários.

O sexto questionamento aplicado foi o seguinte – já frequentou alguma escola urbana? A partir da pesquisa de campo realizada, constatamos que a maioria dos alunos já frequentou a escola urbana. Foram questionados 26 alunos, dos quais, 88% afirmaram que sim, e 12% afirmaram que não, conforme demonstra o gráfico 05. Observa-se que a maioria dos alunos já frequentaram a escola da cidade e hoje estão na escola do campo. Em muitos casos, os assentados passam por um período nas periferias urbanas a espera de ter um pedaço de terra mediado pela política de reforma agrária. O período de espera de ter acesso ao um pedaço de chão, é longo e penoso para os trabalhadores rurais. Outro fato importante salienta, é que no campo há uma ausência de unidades escolares para atender os jovens e crianças nos assentamentos agrários, forçando os estudantes a procurar as escolas urbanas para estudarem.



Durante a pesquisa de campo constatamos a falta de materiais básicos para se trabalhar o ensino de Geografia em sala de aula. Na unidade escolar observamos que não há globo terrestre, mapa, GPS, bússola, computadores conectados à internet. Estas ferramentas auxiliarão consideravelmente no processo ensino-aprendizagem, principalmente no que diz respeito às aulas de Geografia. Essa deficiência da unidade escolar é por falta de uma política pública educacional para atender as demandas dos alunos dos assentamentos agrários. A falta destas ferramentas tecnológicas nas escolas do campo, pode tornar um problema para os alunos que terminarem o ensino fundamental e ingressarem no ensino médio. O que se percebe, é que o professor da escola não tem muita opção para trabalhar os conteúdos da ciência geográfica, pelo fato de dispor apenas do livro didático.

Empiricamente, podemos observar que as escolas camponesas não têm a atenção necessária que deveria ter pelo poder público. Uma escola que não está preparada para ofertar

uma educação voltada para os interesses e demandas dos estudantes, o que se espera, é que estes estudantes não terão um aproveitamento desejável.

Considerações finais

O que observamos durante a pesquisa empírica, foi de que muita coisa não mudou na escola do meio rural do século XX para o XXI. Sabe. É notório os problemas encontrados neste meio social, porém, não são difíceis de serem resolvidos, pois, se o poder público voltar as suas atenções para resolver estas questões, juntamente com a sociedade organizada, poderíamos ter um cenário melhor nas escolas camponesas. Temos alguns modelos de educação do campo, que é a Pedagogia da Alternância, por exemplo, que tem chegado bem mais próximo daquilo que o camponês precisa, mas, precisamos avançar mais para uma Educação do Campo voltada aos interesses e demandas do camponês.

O poder público deve investir não somente em materiais didáticos, mas em pessoas. É de grande importância o investimento no humano, ou seja, na qualificação dos nossos professores, preparando-os para o trabalho do mundo camponês e, ao mesmo tempo, uma preparação dos filhos e filhas dos camponeses. Os gastos em educação e na qualificação dos professores não caracteriza custos ou despesas, mais, sim investimentos para o alunado e para a sociedade que ganha com as pessoas cada vez mais escolarizadas.

No caso da falta do aparato didático pedagógico de caráter tecnológico nas escolas dos assentamentos agrários, o processo ensino-aprendizagem torna-se mais delicado. Esse fato pode desencadear situações indesejáveis aos alunos camponeses. Entre os quais, podemos destacar o despreparo dos alunos dos assentamentos agrários com relação as ferramentas tecnológicas e digitais. Outra situação não desejável, é quando os alunos vão estudar na cidade, podem enfrentar o preconceito pelo fato de serem filhos de camponês e não terem o domínio da tecnologia da informação.

REFERENCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas – SP. 5° ed. 2002.
ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

AUGUSTO, Katia Priscilla Cunha Martins. 2004. **As TICS na Educação do Campo**: Uma análise da situação do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) o Departamento Filosofia, Informação e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de

Coimbra-Portugal, 2004. Disponível;
file:///C:/Users/lab/Downloads/As%20TICs%20na%20Educação%20do%20Campo_%20versão%20final.pdf Acesso em 30 de outubro de 2017

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. A revolta camponesa de Trombas e Formoso e a contribuição da teoria anarquista. **Em Debat: Rev. Dig.** Florianópolis, n. 11, p. 68-89, jan-jun, 2014. Disponível em: file:///E:/textos%20para%20o%20tcc/39860-138191-2-PB%20TEXTO%20AZEVEDO.pdf Acesso em 06 de novembro de 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo.** 2013. Tese (Doutorado em Geografia) da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente, novembro de 2013.

COPATTI, Carina; CALLAI, Helena Copetti. O Ensino de Geografia em Educação do Campo e o Uso do Livro Didático. **CONTEXTO & EDUCAÇÃO. Editora Unijuí** Ano 33 nº 105 Maio/Ago. 2018.

DANTAS, Cíntia Souza Dantas da Silva. **Os Impactos Socioterritoriais do Assentamento Padre Josimo I e II no Município de Cristalândia-TO e Entorno.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, 2009.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes Básicas (LDB).

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territórios Camponeses e o Fechamento das Escolas do Campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio – MG. **Geografia (Londrina)** v. 31. n. 1. pp. 297 – 317, janeiro/2022. Secretaria de Planejamento de Tocantins, 2017.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; NETTO, Mário Borges. Por uma Educação do Campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo.** N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011).

TAFFARE, Celi Zulke; MUNARIM, Antônio. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica.** V.17, n.35, maio/ago. 2015.

ZIECH, Márcia Eliana. A Educação do Campo na perspectiva da educação popular. **Contexto & Educação** - Editora Unijuí. Ano 32 nº 102, Maio/Ago. 2017

Roberto de Souza Santos – Doutor em geografia pela UNESP –Rio Claro -SP. Professor Associado IV do curso de geografia da Universidade Federal de Tocantins – Campus Porto Nacional.

Zeim Dias Lima – Licenciado em geografia pela Universidade Federal de Tocantins. Professor de Geografia na rede pública de ensino estadual em Porto Nacional-TO.

Recebido para publicação em 01 de abril de 2022.

Aceito para publicação em 19 de Agosto de 2022.

Publicado em 31 de Agosto de 2022.